

Auditoria à certificação de despesas do Programa de Cooperação Espaço Atlântico - Relatório 2015

SÍNTESE DE RESULTADOS

Em execução da estratégia de auditoria aprovada pela Comissão Europeia, auditámos os procedimentos de controlo interno adotados pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP, enquanto autoridade de certificação do Programa Operacional de Cooperação Transnacional Espaço Atlântico, com reporte a 31/dez/2014. O objetivo principal da auditoria consistiu em elevar a segurança na emissão da opinião anual a emitir nos termos do artigo 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, bem como em sustentar o conteúdo do relatório anual que a suporta.

1. Principais conclusões

De acordo com a metodologia comum para a avaliação dos sistemas de gestão e controlo nos Estados-membro, o funcionamento dos sistemas de gestão e controlo da Agência, quer enquanto autoridade de certificação, quer na vertente de entidade pagadora do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, do Fundo de Coesão e do Fundo Social Europeu, é classificado na categoria 2 - funciona mas são necessárias algumas melhorias. Ainda existem recomendações formuladas à autoridade de certificação que se encontram em curso ou pendentes de regularização integral.

Decorrente da análise efetuada pela Unidade de Certificação, bem como da promovida na presente ação, foram identificadas inconsistências entre os registos do sistema contabilístico de dívidas e os dados dos anexos aos pedidos de certificação de despesas.

2. Principais recomendações à/s entidade/s auditada/s

A adoção das medidas necessárias para a implementação integral das recomendações pendentes, bem como para a consolidação dos diversos anexos aos pedidos de certificação de despesas com os registos do sistema contabilístico de dívidas.

Seguimento: A autoridade de certificação apresentou-nos, em procedimento de contraditório, elementos complementares que permitiram sanar ou ajustar algumas recomendações formuladas na versão preliminar, tendo manifestado o seu acordo quanto a outras recomendações; A autoridade de certificação deve informar a IGF, no prazo de 60 dias após a transmissão do relatório, sobre o estado de implementação e das medidas adotadas na sequência da presente auditoria.

(Relatório n.º 1104/2015, homologado, por S. Ex.ª Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, em 2015-06-26).